



**MUNICÍPIO DE BRAGA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

**Reunião Ordinária**

**ATA Nº 12/2023**

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 18h00m, na casa do farto, reuniu ordinariamente a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, da Assembleia Municipal de Braga, sob orientação do Sr. Presidente desta comissão, Fausto Alves Farinha, e cuja ordem de trabalhos tinha os seguintes pontos:

- 1. Aprovação da ata da reunião anterior;*
- 2. Situação atual da implementação da recomendação elaborada por esta Comissão e aprovada pela Assembleia Municipal em julho passado;*
- 3. Ponto da situação relativo à revisão da Carta Educativa Concelhia, nomeadamente no que se refere à capacidade de resposta ao aumento do número de alunos no concelho;*
- 4. Outros assuntos.*

Estiveram presentes os membros que se identificam e que representam os seguintes partidos: -----

Fausto Alves Farinha, do PS. -----

José Miguel Ferreira da Silva, do PS. -----

José Oliveira Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Cabreiros e Passos S. Julião.

João António Matos Nogueira, em substituição de Nuno Filipe Ferreira da Silva,  
Presidente da Junta de Freguesia de Padim da Graça -----

João Paulo Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar. -----

Palmira Maciel, em substituição de José António Pinto de Matos, Presidente da UF de  
Fraião, Nogueira e Lamações. -----

Bento Duarte Silva, do PSD. -----

Maria Ester da Silva Taveira, do PSD. -----

Ana Macieira, em substituição de Natacha Sofia Miranda Fontes, do PSD. -----

Américo dos Santos Afonso, do PSD. -----

Sandra Oliveira Cardoso, da CDU. -----

Faltaram ainda os seguintes membros: -----

Maria Elizabeth Marques da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Sobreposta. ----

Manuel António Veiga de Carvalho, do PSD -----

Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, do CDS. -----

Maria Guilhermina da Costa Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Arentim e  
Cunha. -----

Estiveram ainda presentes como observadores, pelo Aliança, Nuno Durval Silva, e pelo  
Iniciativa Liberal, Bruno Miguel -----

Enquanto convidada, participou a Senhora Vereadora da Educação, Dra. Carla Sepúlveda,  
que se fez acompanhar por Joaquim Castro de Freitas, Diretor do Departamento de  
Educação e Coesão Social e pela chefe de divisão de Educação, Dra. Margarida Pereira.

O presidente da Comissão deu início à reunião, dando cumprimento aos pontos um e  
dois da ordem de trabalhos.

No ponto um foi aprovada a ata número onze, por unanimidade. -----

O Presidente seguiu com a ordem de trabalhos. -----

A Senhora Vereadora usou da palavra para agradecer todo o trabalho elaborado por esta  
comissão, nomeadamente pelo grupo composto para o efeito, relativamente à  
recomendação, dizendo que foi possível chegar a um entendimento entre as partes. -----

A Chefe de Divisão da Educação usou da palavra para dar conta do resultado alcançado nesse entendimento, referindo que foi um trabalho bastante profícuo e que graças a isso foi possível obter um aumento de 10 euros por cada criança nos protocolos celebrados, representando um aumento do valor atribuído para o efeito em cerca de 214 mil euros. -

João Paulo Viera, Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar usou da palavra para se congratular com a forma e o modo como este acordo foi negociado. Na sua opinião é um bom acordo para todas as partes, que irá melhorar a prestação do serviço, mas sublinhou que pode ficar aquém das reais necessidades de quem presta o serviço, em alguns casos. Realçou a questão da “escala” na prestação do serviço e do facto de ser imprescindível cumprir-se a parte do acordo que se refere aos Assistentes Operacionais (sobretudo nas refeições e nas interrupções letivas) e ainda no que se refere ao apoio às crianças com Necessidades Específicas. Se tal não for cumprido o presente acordo não cumprirá os seus objetivos visto não estarem reunidos os pressupostos fundamentais que levaram à sua concretização. Relembrou ainda a injustiça existente no se refere às entidades que têm apoio da Segurança Social. Estas entidades recebem o triplo do valor para prestarem os mesmos serviços e temos obrigação de enveredar esforços para que no futuro esses apoios sejam equivalentes para todas as entidades que prestam o serviço.

A Sra. Vereadora usou novamente da palavra para destacar o esforço feito para se chegar a um acordo. Salientou ainda que neste momento existem quatro operacionais disponibilizadas pela DGESTE e que no ano anterior eram sete, cinquenta e cinco assistentes extra-rácio e o reforço em todos os jardins de infância de mais uma pessoa. Abordou ainda o trabalho do município, apesar de haver muita falta de vontade até dos próprios funcionárias, evidenciando que este é um trabalho que não está a ser feito em lado nenhum do país. -----

Palmira Maciel, do PS, pediu a palavra para dizer que se fosse em 2013 não mudaria nem uma vírgula e elogiou a Dra. Fátima que tratava dos rácios pelo trabalho e empenho, referindo que na altura era uma pessoa por sala, até virem os rácios e os cortes. Referiu que com as transferências de competências houve uma melhoria bastante significativa, porque receberam recursos humanos e o município passou a poder assumir mobilidades. Referiu ainda que no seu tempo de Vereadora de Educação existia uma comissão de acompanhamento para aferir das necessidades e questionou se atualmente essa comissão ainda existe. -----

-

A Sra. Vereadora usou novamente da palavra para agradecer as palavras de Palmira Maciel e de João Nogueira sobre os seus testemunhos enquanto ex-vereadores, referindo que em relação ao protocolo chegou-se a bom porto, agradecendo também ao Presidente da Junta de Gualtar, João Vieira, por todo o empenho no processo, referindo que o procedimento entra já em vigor em 2024 -----

José Silva, Presidente da Junta de Cabreiros usou da palavra lamentando que o procedimento não pudesse também ser extensível às AAFS, referindo que o prejuízo está nas EB's e que nos JI's é equilibrado. -----

A este propósito, Sandra Cardoso, da CDU, questionou a Sra. Vereadora relativamente à outra parte da recomendação que, especificamente, recomenda à Câmara Municipal o alargamento dos serviços existentes atualmente de CAF e AAF para os alunos dos 2º e 3º ciclos, serviços estes que deveriam ser inclusivos, ou seja: abertos a todas as crianças que dele necessitem, sem nenhum tipo de discriminação.

Sandra Cardoso questionou ainda a Sra. Vereadora sobre o recente Programa Supera-T implementado pela Câmara Municipal, ao que esta respondeu: “Quer mesmo saber? Temos apenas 11 crianças, o que é uma prova de que os pais não necessitam tanto assim deste serviço, pelo que estamos a pensar acabar com ele no próximo ano letivo. Não justifica o investimento.” A deputada municipal lembrou que os pais não estão satisfeitos com o serviço, daí terem retirado os filhos do Programa, porque este decorre em instalações sem condições, é altamente discriminatório (uma vez que apenas o frequentam crianças com necessidades específicas e/ou deficiência) e, ainda por cima, é caro. Sugeriu que, pelo menos, este serviço fosse aberto a outras crianças (ditas neurotípicas), no sentido de o tornar mais inclusivo, referindo estudos que mostram de forma clara que a evolução/progressão das crianças que convivem em ambientes inclusivos é significativamente maior, beneficiando todas. Acabar com o programa não é a solução, é necessário melhorá-lo, tornando-o inclusivo e mais apelativo (à semelhança do que acontece com os programas de férias Incluir+). Em resposta a esta sugestão, a Sra. Vereadora referiu que a CMB não pode fazer concorrência aos ATL privados existentes no concelho

No ponto três da ordem de trabalhos João Nogueira, do PS, abordou a questão da carta educativa e salientou o seu papel na CIM enquanto membro eleito, destacando que a carta deve atender a um conjunto de variáveis. -----

Em relação a este assunto, a Sra. Vereadora referiu que Braga cresceu muito e que quem irá fazer esse trabalho será a CIM. -----

João Vieira referiu que a carta educativa é um documento pesado, que devia ser mais simples, mas que sendo agora supraconcelhio será ainda pior, voltando a abordar a questões dos transportes de pessoas com necessidades específicas e/ou deficiências. Referiu também a questão das crianças estarem deslocadas e que a carta educativa devia ter isto em conta, que abordasse também as questões migratórias e que fosse contemplada com uma síntese, um breve resumo para facilitar a análise, e que os presidentes de junta fossem ainda auscultados no processo. -----

Bento Silva, do PSD, abordou também a carta educativa, sugerindo que na sua revisão fossem contemplados dois estudos, o fluxo migratório e o balanço entre o público e o privado. -----

Palmira Maciel, pediu a palavra para sugerir que no próximo Conselho Municipal da Educação fossem solicitados os dados atuais ao representante dos estabelecimentos privados. -----

E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada pelos eleitos presentes irá ser assinada pelo

**O Presidente da Comissão**

-----

*(Fausto Alves Farinha)*

**O Secretário da Comissão**

-----

*(José Miguel Ferreira da Silva)*